



Colégio de Pró-Reitores de Graduação das IFES

Colégio de Pró-reitores de Graduação das IFES

CARTA-MANIFESTO DO COLÉGIO DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Em defesa da democracia, da universidade pública, da autonomia universitária e do futuro da educação brasileira, nós, integrantes do Colégio de Pró-Reitores de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (COGRAD/ANDIFES), comprometidos com a formação acadêmica, científica, humana, cultural e cidadã das novas gerações, manifestamos nossa posição em defesa do Estado Democrático de Direito e da universidade pública, gratuita, inclusiva, autônoma, socialmente referenciada e comprometida com a transformação da sociedade.

Para nós, que atuamos diretamente na construção das políticas de graduação das universidades federais, a defesa da democracia é inseparável da defesa da educação pública. A universidade é patrimônio do povo brasileiro, instituição estratégica para a soberania nacional e espaço de produção do conhecimento, formação crítica, pluralidade de ideias e enfrentamento das desigualdades históricas. As universidades federais cumprem uma missão que ultrapassa os limites da formação profissional. São instituições que produzem conhecimento, desenvolvem pesquisas, preservam e renovam a cultura, formam professores e profissionais, promovem a inovação, contribuem para a formulação de políticas públicas e constroem respostas aos desafios econômicos, sociais, ambientais e humanos nos diferentes territórios do país.

Defender as universidades federais é defender a Constituição de 1988, o direito à educação, a liberdade de ensinar e aprender, a liberdade de cátedra, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos constitucionais, e o compromisso público com a formação das novas gerações.

A democratização do ingresso, por meio das ações afirmativas e da ampliação das oportunidades educacionais, precisa ser acompanhada de políticas efetivas de permanência, alimentação, moradia, transporte,

acessibilidade, inclusão e apoio pedagógico. Assim, não basta abrir as portas da universidade, é indispensável garantir condições para que os estudantes permaneçam, aprendam e concluam seus cursos. Alertamos, portanto, para os riscos de retrocessos nas políticas educacionais, de restrições orçamentárias e de iniciativas que subordinem o investimento público a interesses conjunturais ou a uma concepção estreita de eficiência econômica. Qualquer retrocesso nessas políticas representará não apenas a perda de direitos conquistados, mas o enfraquecimento do projeto de universidade pública que o Brasil precisa consolidar.

Reconhecemos a importância estratégica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a necessidade de ampliar os investimentos nacionais em pesquisa, desenvolvimento científico, inovação e soberania tecnológica. Entretanto, é fundamental distinguir a necessária integração entre as políticas de educação, ciência e tecnologia de uma eventual vinculação administrativa das universidades federais ao MCTI que possa reduzir a centralidade de sua missão educacional ou comprometer sua autonomia institucional.

As universidades são instituições nas quais a ciência e a tecnologia ocupam lugar fundamental, mas não exclusivo. Subordinar as universidades a uma lógica predominantemente científica, tecnológica ou de inovação produtiva representaria o risco de estreitar sua finalidade pública, privilegiar determinadas áreas de conhecimento e fragilizar dimensões essenciais da formação universitária. Defendemos, portanto, a preservação da vinculação institucional das universidades federais ao sistema de educação, com a manutenção de sua autonomia constitucional e o fortalecimento da articulação interministerial entre MEC, MCTI e demais áreas governamentais.

O avanço de discursos autoritários, do negacionismo científico, da intolerância e das tentativas de controle ideológico da educação ameaça as condições necessárias para o exercício da liberdade acadêmica e para a construção de uma sociedade democrática. Por isso, preocupam-nos as iniciativas que procuram deslegitimar as instituições públicas de educação, desqualificar a produção científica, constranger docentes e pesquisadores, impor



Colégio de Pró-Reitores de Graduação das IFES

Colégio de Pró-reitores de Graduação das IFES

censuras ou transformar a divergência intelectual em motivo de perseguição. Defendemos a gestão democrática, a participação das comunidades acadêmicas, o respeito às instâncias colegiadas, a autonomia universitária e a valorização das instituições públicas como pilares de uma democracia que não se limita ao voto, mas se realiza na garantia de direitos, na participação social e no combate às desigualdades. Essa posição decorre de nosso compromisso com a continuidade e o aprofundamento de um projeto nacional que reconheça a educação pública, a ciência, a inclusão social e a redução das desigualdades como dimensões fundamentais do desenvolvimento brasileiro.

Neste momento decisivo da vida nacional, conclamamos as comunidades universitárias, estudantes, docentes, técnicos-administrativos, gestores, pesquisadores, movimentos sociais e toda a sociedade brasileira a reafirmarem seu compromisso com a democracia e com a defesa da educação pública.

Defender a universidade pública é reconhecer que o conhecimento não pode ser monopólio de poucos, que a ciência precisa estar a serviço da vida e que a educação deve contribuir para superar, e não reproduzir, as desigualdades sociais. Defender a democracia é assegurar que nenhuma geração seja privada do direito de pensar, aprender, questionar, criar e participar da construção de seu próprio futuro.

Colégio de Pró-Reitores de Graduação das Instituições Federais
de Ensino Superior – COGRAD

Brasil, 22 de outubro de 2026.